

# Além das “assimetrias”: a participação do Uruguai e do Paraguai no Mercosul

## Beyond “asymmetries”: the participation of Paraguay and Uruguay in Mercosur

André Luiz Reis da Silva\*  
Kamila Dalbem Rodrigues\*\*

---

Meridiano 47 vol. 12, n. 125, mai.-jun. 2011 [p. 25 a 31]

### Introdução

O Mercado Comum do Sul, Mercosul, surgiu como entidade jurídica de direito internacional em 1991, por meio da assinatura do Tratado de Assunção. As ações cooperativas, contudo, entre os países do Cone Sul remontam à década de 1980 a partir dos ensaios integrativos brasileiro-argentinos, que incorporaram, no decênio seguinte, o Uruguai e o Paraguai. Posteriormente, em 2006, aprovou-se o protocolo de entrada da Venezuela no Mercosul, que, ainda, aguarda a autorização do Paraguai para o país se tornar, definitivamente, um membro pleno do bloco.

Desde a sua formação, o Mercosul apresenta-se como uma das prioridades na agenda da política externa brasileira e um dos principais eixos de relacionamento com seus vizinhos. Já para o Paraguai e o Uruguai, a entrada no bloco sul-americano representaria o acesso preferencial destes países a um mercado vasto e próximo. A demanda seria ampliada, bem como ficaria protegida com relação a terceiros competidores em virtude do próprio nível de proteção da área comercial. Tais países, de acordo com a classificação de Robert Keohane (1969), se apresentam como *small powers*, de modo que precisam se engajar em um processo de integração a fim de compensar as limitações de seu poder. De acordo com o autor, *small powers* “can do little to influence the system-wide forces that affect them, except in groups which are so large that each state has minimal influence (...)” (KEOHANE, 1969, p. 296).

Entretanto, a proposição de Keohane não se aplica ao Mercosul completamente, uma vez que o bloco apresenta um pequeno porte (tamanho). Uruguai e Paraguai conseguiram, por meio de tal processo integrativo, incrementar a qualidade de suas relações com o contexto internacional. Ademais, empenham-se em construir uma crescente capacidade de negociação em seu interior, como por meio da vinculação de temas da agenda intra-Mercosul aos assuntos das relações externas do bloco.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a atuação do Uruguai e do Paraguai no Mercosul, salientando o relacionamento dos dois países com o Brasil. Procura-se analisar os principais temas da agenda, em especial a questão das assimetrias e a constituição do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

---

\* Professor Adjunto de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – NERINT da mesma universidade (reisdasilva@hotmail.com).

\*\* Bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (kadalbem@terra.com.br).

## O posicionamento do Uruguai no Mercosul

Diante do final da Guerra Fria, o Uruguai optou por participar do processo de cooperação regional a fim de adquirir melhores condições de barganha frente às negociações com países desenvolvidos. O aspecto regional, a partir deste momento, tornou-se o eixo de sua política externa, bem como de sua inserção competitiva global (RÓ-TULO, 2002, p. 1). Neste contexto, é importante salientar que a decisão do país de pertencer ao bloco se relaciona com três fatores: as transições democráticas na Argentina, no Brasil e no Uruguai, que possibilitaram a emergência de um novo cenário de cooperação regional; a articulação argentino-brasileira, a qual potencializou respostas de outros países e, em particular, do Uruguai devido a seu posicionamento geopolítico; e a convergência liberal entre os governos das três nações mencionadas, em finais dos anos 1980 e início dos 1990 (REVELEZ, 2010, p. 108).

Entretanto, de acordo com o governo uruguaio, a construção de um espaço regional comum sul-americano deveria contemplar um tratamento diferenciado entre os países, visto as suas distintas dimensões. Tal reivindicação foi atendida, como pode ser observado no Tratado de Assunção: “Os Estados Parte reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no programa de liberalização comercial” (Tratado de Assunção, Artigo 6, Anexo I).

Nos primeiros anos de existência do Mercosul, as perspectivas do Uruguai se mostravam bastante otimistas. Entretanto, com a desvalorização do real, em 1999, e com a crise argentina, entre 2001 e 2002, evidenciou-se o fracasso do bloco em procurar soluções conjuntas. Frente a este contexto, as expectativas uruguaias diminuíram bastante. O mandatário do Uruguai, na época, era o liberal Jorge Batlle, o qual, diante dos contratemplos, buscou modificar os princípios de política exterior do país, apostando em uma relação privilegiada com os Estados Unidos de modo a se distanciar do Mercosul. Tal estratégia, mesmo não sendo bem sucedida, propiciou um relativo afastamento do país no que tange ao bloco regional (REVELEZ, 2010).

Este cenário, entretanto, modificou-se com a ascensão de Tabaré Vázquez à presidência em 2005, o primeiro mandatário de esquerda da história uruguaia. Ao mesmo tempo em que se promoveu uma reaproximação do Uruguai com o Mercosul, o qual deveria mostrar-se mais coeso e dinâmico, abriu-se um novo canal de debate sobre a funcionalidade do bloco regional para o país, devido, principalmente, ao conflito uruguaio-argentino sobre a instalação de papeleiras no Rio Uruguai e a crescente primazia do Brasil na América do Sul (REVELEZ, 2010, p. 112). Esta nova discussão apresentou como uma de suas pautas a análise da participação uruguaia no Mercosul e as conseqüentes possibilidades de negociações com terceiros (REVELEZ, 2010, p. 112). A fim de analisar este ponto, torna-se importante verificar a margem de autonomia uruguaia no bloco.

Para muitos analistas, o Uruguai, como país pequeno, tem baixa capacidade de negociação internacional. Daniel Rótulo (2002), todavia, afirma que existem outras variáveis importantes além das dimensões do país, como nível de desenvolvimento interno, da capacidade de elaborar estratégias e o contexto em que ocorre a negociação. Além disso, o poder de barganha de um país pequeno pode ser obtido por meio da associação de temas, isto é, vincular um assunto da agenda intra-Mercosul a uma temática de relações exteriores do bloco, em uma espécie de poder de veto.

Entretanto, o país mantém uma forte dependência econômica com o Brasil, principal parceiro comercial uruguaio desde a década de 1980. Com a criação do Mercosul, as exportações do Uruguai para o mercado brasileiro aumentaram substancialmente: chegaram, em 1997, a 34,44%, apresentando, posteriormente, uma queda até 2005, quando houve uma melhora. Em 2008, as exportações já representavam 16,59% (COUTINHO, 2009, p. 83). Tal diminuição das vendas uruguaias também se verificou no contexto do bloco como um todo. Em 1998, as exportações do país para o Mercosul correspondiam a 56,33%, passando para 23,92% em 2005. A partir deste momento, ocorreu uma recuperação (30,89% em 2008), porém sem voltar ao patamar de 1998 (COUTINHO, 2009, p. 82). No que tange às importações do Uruguai vindas do Brasil, houve um aumento significativo a partir da criação do

bloco, com queda durante o período de 2001 e 2004, e posterior recuperação. Diante de tal contexto, verifica-se que, durante as duas décadas de existência do Mercosul, a balança comercial entre os dois países, na maioria das vezes, mostrou-se superavitária para o Brasil, com exceção dos anos 1991, 1996, 1998, 2002, 2003 e 2010 (MDIC, 2011b).

No que tange às relações do Uruguai extra-Mercosul, é importante ressaltar que, a partir de 1998, os Estados Unidos aumentaram a sua participação nas exportações uruguaias (COUTINHO, 2009, p. 83), e servindo como elemento de barganha com Brasil e Argentina. Assim, em fevereiro de 2002, Uruguai e Estados Unidos estabeleceram uma Comissão Conjunta de Comércio e Investimentos (JCIT, na sigla em inglês) com o objetivo de estreitar seus vínculos. Em novembro de 2006, entrou em vigor um acordo de Proteção de Investimentos Recíprocos. Em 25 de janeiro de 2007, foi firmado um Tratado Marco de Investimentos e Comércio (TIFA, na sigla em inglês), em Montevideu. Os principais interesses uruguaios neste acordo, por sua vez, eram o aumento das exportações de carnes, lácteos, têxteis e *software* para os Estados Unidos.

Tal tratado estabeleceu o Conselho de Comércio e Investimento Uruguai-Estados Unidos e definiu um programa de trabalho, em que se incluem áreas bem amplas, envolvendo a quase totalidade de temas de um Tratado de Livre Comércio (TLC), exceto pelo fato de não incorporarem as questões do comércio preferencial de bens. Esta versão *light* de um TLC tem suscitado suspeitas nos demais membros do Mercosul, visto que sua assinatura poderia levar o Uruguai a acordar, posteriormente, um TLC com Washington.

## O posicionamento do Paraguai no Mercosul

O Paraguai apresenta-se como um país notavelmente aberto ao comércio quando comparado com as outras economias da América do Sul. Durante a década de 1970, experimentou um expressivo crescimento econômico devido ao aumento de sua produção agrícola e à formalização do Tratado de Itaipu com o Brasil (1973). Entretanto, uma vez que o Paraguai se especializou como exportador de *commodities* agrícolas - principalmente soja e algodão - não desenvolveu sua indústria. Tais produtos eram comercializados principalmente via o mercado brasileiro a partir da rota criada até Ciudad Del Este, culminando na formação de um tráfico transfronteiriço com altos níveis de ilegalidade.

Contudo, o sucesso econômico paraguaio alcançado na década de 1970 se deteve nos anos 1980, visto que ocorreu um esgotamento de terras para o cultivo no país, além de diminuir os preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. O Paraguai adentrou o decênio seguinte com muitas dificuldades. O Mercosul, neste quadro, representou uma oportunidade para o país recuperar seu desenvolvimento econômico, mas em desvantagem competitiva. Neste contexto, realizam-se medidas para melhorar a estrutura produtiva do país a fim de promover a diversificação das exportações. A fim de diminuir os custos para a realização de tal processo, o Paraguai possui uma lista de exceções, no contexto do Mercosul, que permite manter alguns de seus produtos à margem da zona de livre comércio. O país também conta com a exoneração de bens de capital, insumos e matérias-primas para os setores industriais no âmbito do bloco.

Tal processo de reivindicações a fim da superação das assimetrias paraguaias assumiu relevância com a ascensão de Nicanor Duarte (Partido Colorado) à presidência, em agosto de 2003. Uma de suas propostas de governo era relançar e reposicionar o Mercosul no contexto nacional dentro de um processo de consolidação democrática no país. Seu sucessor, Fernando Lugo, manteve a mesma linha no que tange ao aprofundamento do bloco. Do Partido Alianza Patriótica para el Cambio, Lugo assumiu a presidência em agosto de 2008, depois de romper 61 anos de hegemonia do Partido Colorado. Ademais, o mandatário, em sua campanha eleitoral, prometeu estabelecer um novo marco nas relações paraguaio-brasileiras.

Neste contexto, a mais expressiva de suas propostas era a revisão das cláusulas do Tratado de Itaipu com vistas a modificar o valor pago pelo Brasil em relação à energia paraguaia. A fim de atender a esta exigência, no dia 25 de

julho de 2009, o presidente paraguaio, Fernando Lugo, e o brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, assinaram um acordo em que se destaca o aumento dos pagamentos anuais brasileiros feitos ao Paraguai a título de cessão de energia, os quais passariam de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões. Com tal acordo, o Paraguai também poderia vender um montante crescente de energia ao Brasil sem a mediação da estatal Eletrobrás, que paga US\$ 45 megawatt/hora, enquanto o preço no mercado brasileiro chegaria a 65 megawatt/hora (ARCE, 2010, p. 124). Ademais, a usina investiria US\$ 450 milhões para construir uma linha de transmissão de 500 quilowatts da represa até Villa Hayes, cidade próxima à capital paraguaia. O Congresso do Paraguai ratificou o acordo em 05 de novembro de 2009. O Legislativo brasileiro, por sua vez, o fez apenas em 11 de maio de 2011.

No que tange às relações econômicas do Paraguai, o Mercosul representa quase metade do percentual de suas exportações (COUTINHO, 2010, p. 78). Neste contexto, é importante citar o aumento das exportações não tradicionais paraguaias, compostas por bens de um maior valor agregado. Enquanto os produtos não tradicionais consistiam 27% das vendas para o bloco no período de 1990-1994, corresponderam a 58% no intervalo de 2003-2006 (ARCE, 2010, p. 128). Quanto às importações, até 2003, o bloco era responsável por mais da metade das compras paraguaias, perdendo, posteriormente, espaço para outros países, principalmente para a China. Mesmo assim, o Mercosul continua sendo o maior mercado de origem para as compras do país. No que se refere às vendas do Paraguai para o Brasil, houve um crescimento até a metade dos anos 1990. Em todo o período de existência do Mercosul a balança comercial entre os dois países se mostrou superavitária para os brasileiros (MDIC, 2011a).

O Mercosul apresenta grande importância para o desenvolvimento do país, principalmente no contexto de superação de suas deficiências estruturais. Entretanto, o Paraguai não se demonstra totalmente satisfeito com o processo de integração, uma vez que as assimetrias permanecem. Neste contexto, tem buscado novas alternativas. Demonstrou, em algumas ocasiões, disposição de negociar acordos comerciais mais “profundos” com os Estados Unidos, a exemplo do Uruguai. Além disso, assinou um acordo de cooperação militar com Washington, em julho de 2005, o qual permitia a presença de tropas estadunidenses no país até dezembro de 2006. Tal documento causou grande mal estar nos países vizinhos, uma vez que se especulava sobre a instalação de uma base norte-americana em solo paraguaio. Contudo, tanto o governo do país quanto o norte-americano negaram. Em setembro de 2009, estava sendo negociado outro convênio de cooperação militar com os Estados Unidos, o qual implicava a presença de 500 soldados americanos no país. O presidente Lugo, entretanto, rejeitou-o. Alegou que não era prudente ao Paraguai promover desconfianças em seus vizinhos, dando mais um voto de confiança ao processo de integração.

## As assimetrias e a constituição do Focem

Desde a sua formação, o Mercosul apresenta grandes assimetrias entre seus membros. O Brasil é responsável por cerca de 70% do território do bloco e de aproximadamente 80% de sua população, além de possuir um Produto Interno Bruto (PIB) superior a 75% do Produto dos demais sócios quando considerados em conjunto, de acordo com indicadores de 2008. A Argentina, por sua vez, participa com 21,8% do PIB total, enquanto o Uruguai com 1,6% e o Paraguai com 1,1% (GONÇALVES; OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p. 21). No que se refere ao PIB *per capita*, a Argentina possui o mais expressivo resultado entre os membros do bloco, sendo seguida pelo Uruguai, que, por sua vez, antecede o Brasil (GONÇALVES; OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p. 21).

Além das dimensões econômicas, é possível verificar as assimetrias entre os integrantes do bloco por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Competitividade Global (ICG). Desde a formação do Mercosul, o Paraguai mantém a menor posição de IDH. Os maiores índices, por sua vez, correspondem à Argentina e ao Uruguai (Human Development Index 2010). Quanto ao ICG, o Brasil apresenta a melhor colocação quando comparado aos demais integrantes do bloco, enquanto o Paraguai figura na última (The Global Competitiveness Report 2010-2011, p. 15).

Tais disparidades sempre foram reconhecidas pelas instituições do Mercosul. Entretanto, entre 1991 e 2003, não se tomaram medidas para corrigi-las, uma vez que dominavam as ideias e as diretrizes liberalizantes, segundo as quais as externalidades positivas da criação de um mercado comum seriam, por si só, condições suficientes para assegurar um crescimento sustentável capaz de reduzir as assimetrias. Este enfoque, contudo, não significava que todos os membros do processo de integração sul-americano fossem submetidos às mesmas regras.

A partir de 2003 verificou-se uma inflexão na postura dos países do bloco, no que se referia ao tratamento das assimetrias presentes em seu interior. Nesta época, além da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) trazer a tona a questão das desigualdades de direitos e de deveres nos processos de integração e de abertura comercial, o Mercosul, com a eleição do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e do argentino, Néstor Kirchner, passou a enfatizar o aspecto político em detrimento do econômico. Neste contexto, no âmbito da Conferência de Montevideú, em dezembro de 2003, o Paraguai apresentou um projeto que previa criar um fundo de coesão destinado a combater as desigualdades no bloco.

Em sua medida Nº 27/03, por sua vez, o Conselho Mercado Comum (CMC) apoiou a iniciativa paraguaia. Decidiu-se, desse modo, promover, no ano de 2004, os estudos para o estabelecimento no Mercosul de Fundos Estruturais destinados a promover melhorias de competitividade nos sócios menores e nas regiões menos favorecidas. Desta iniciativa surgiu, com a Decisão CMC Nº 45/04, o Focem, em dezembro de 2004. Contudo, apenas entrou em funcionamento no final de 2006, quando foi promulgada a Decisão CMC Nº 18/05 pelo Brasil.

O objetivo do Focem consiste em “financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração” (Decisão CMC Nº 18/05, Artigo 1º). O conceito de assimetria foi então baseado em critérios de diferenças de tamanho dos países do bloco, bem como em diferenças *per capita* regionais. (GONÇALVES; OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 10).

Os recursos que compõem o Focem são de natureza pública, aportados pelos membros do bloco, e apresentam caráter não reembolsável (Decisão CMC Nº 18/05, Artigos 5º e 6º). Os aportes de cada país, por sua vez, são calculados de acordo com a proporção histórica de seu Produto Interno Bruto. Dos US\$ 100 milhões depositados no Fundo, anualmente, o Brasil deve aportar 70% dos recursos; a Argentina, 27%; o Uruguai, 2%; e o Paraguai, 1%. Também é permitido ao Focem receber doações de terceiros países e de organizações internacionais (Decisão CMC Nº 18/05, Artigo 8º).

A destinação dos recursos do Focem, por sua vez, obedece a uma lógica inversa dos aportes. As economias menores do Mercosul, desta forma, têm direito a receber maiores quantias. O Paraguai e o Uruguai podem utilizar até 48% e 32% anuais, respectivamente, dos recursos do Focem referentes aos US\$ 100 milhões (Decisão CMC Nº 18/05, Artigo 10). Brasil e Argentina, por sua vez, podem sacar até 10% anualmente (Decisão CMC Nº 18/05, Artigo 10).

No que se refere à quantidade de projetos financiados por país, verifica-se a seguinte ordem: 56% para o Paraguai, 24% para o Uruguai, 12% para a Secretaria do Mercosul e 4% para o Brasil (GONÇALVES; OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 11). A Argentina, por sua vez, não teve nenhum projeto aprovado. Em termos de valores dos programas financiados, por sua vez, constata-se que o Paraguai obteve 71%; o Brasil, 11,1%; o Uruguai, 9,5%; programas regionais envolvendo mais de um país do bloco, 8,3%; a Secretaria do Mercosul, 0,1%; e nenhum valor observado no caso da Argentina (GONÇALVES; OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 11).

Para finalizar, o estabelecimento do Mercosul conferiu novas perspectivas para o Uruguai e o Paraguai, que almejavam, a partir do processo integracionista, melhorar seus níveis de competitividade, bem como de negociação internacional. Neste contexto, o Uruguai e o Paraguai, procuraram alternativas para prosseguir em seu processo de desenvolvimento, bem como para angariar maiores condições de barganha no âmbito do Mercosul. Destaca-se uma maior aproximação com os Estados Unidos neste sentido.

Entretanto, é importante mencionar que os dois sócios menores do bloco não desejam abandoná-lo, visto que, como economias de menor porte, necessitam se inserir em um processo de integração regional como meio de adquirir maior visibilidade no sistema internacional. Ademais, destaca-se o alto grau de dependência do Uruguai e do Paraguai, o último em maior medida, para com o Brasil. Realizar contenciosos insuperáveis com o governo brasileiro, desta forma, poderia acarretar altos prejuízos para tais países.

## Referências

- ARCE, Lucas. Tendiendo costosos puentes. Paraguay en el Mercosul. **Civitas**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 118-133, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6033>> Acessado em 01 jun. 2011.
- Congresso paraguaio aprova acordo com Brasil sobre Itaipu. Terra Online. 05 nov. 2009. Disponível em: <[http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200911052136\\_EFE\\_785300](http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200911052136_EFE_785300)> Acessado em 07 jun. 2011.
- COUTINHO, Carolina Rigotti. **O Brasil no Mercosul: uma análise sob a ótica do comércio**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Monografia. Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- DECISÃO CONSELHO MERCADO COMUM NÚMERO 18/05. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec1805p.asp>>. Acessado em 08 abr. 2011.
- FERREIRA, Wallace. Política Externa do Governo Lula: Coalizões ao Sul como Alternativa Multilateral. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 100-125, jan/jun.2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/8351>> Acessado em 07 jun. 2011.
- GONÇALVES, Samo Sérgio; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; SOUZA, André de Mello. O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul: agendas e propostas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 05, p. 07-16, jan/mar. 2011.
- \_\_\_\_\_. Mercosul: assimetrias estruturais em debate. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 01, p. 21-24, jan/mar. 2010.
- HUMAN DEVELOPMENT INDEX 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/>>. Acessado em 08 abr. 2011.
- KEOHANE, Robert O. Review: Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969. Disponível em < <http://www.jstor.org/pss/2706027>> Acessado em 08 abr. 2011.
- \_\_\_\_\_. The Big Influence of Small Allies. **Foreign Policy**, n. 2, 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/1147864>> Acessado em 08 abr. 2011.
- MIDC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Intercâmbio Comercial Brasil-Paraguai, 2011a**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>> Acessado em 29 mai. 2011.
- MIDC. **Intercâmbio Comercial Brasil-Uruguai, 2011b**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>> Acessado em 29 mai. 2011.
- Paraguai rejeita convênio de cooperação militar com EUA. **Estadão Online**. 17 set. 2009. Disponível em: <[www.estadao.com.br/Internacional](http://www.estadao.com.br/Internacional)> Acessado em 07 jun. 2011.
- RACHID, Leila. Política externa da República do Paraguai. **Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, v. 1 n. 1, p. 125-137, out/dez. 2004.
- REVELEZ, Lincoln Bizzozero. **Uruguay en la creación del mercosur: ¿un cambio en la política exterior?** Uruguai: Tradinco, 2008.

- \_\_\_\_\_. Uruguay y los procesos de integración regional. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n.1, p. 97-117, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6032>> Acessado em 22 mai. 2011.
- RÓTULO, Daniel. Uruguay y su poder de negociación como socio pequeño en el Mercosur. **Revista de Ciências Sociais**, n 20, p. 1-15. 2002. Disponível em: <[http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/pdf/arquivo\\_7.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/arquivo_7.pdf)> Acessado em 22 mai. 2011.
- THE GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT 2010-2011. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GlobalCompetitivenessReport\\_2010-11.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf)>. Acessado em 08 abr. 2011.
- VAILLANT, Marcel. Por que o Uruguai necessita negociar um TLC com os Estados Unidos? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 22, p. 43-64. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/rbce/94-MV.pdf>> Acessado em 22 mai. 2011.

## Resumo

O Mercosul conferiu novas perspectivas para o Uruguai e o Paraguai. Contudo, ao longo do processo, as expectativas frustraram-se, visto a presença de grandes assimetrias entre os membros. Em 2004, criou-se o Focem com o objetivo de reduzi-las.

## Abstract

The Mercosur has given new prospects for Uruguay and Paraguay. However, throughout the process, the expectations are frustrated, because the presence of large asymmetries between its members. In 2004, Focem was created to reduce them.

Palavras-chave: Paraguai, Uruguai, Mercosul.

Key words: Paraguay, Uruguay, Mercosur.

Recebido em 29/06/2011

Aprovado em 10/07/2011